ESTA PARTE É EDITADA ELETRONICAMENTE DESDE 3 DE MARÇO DE 2008

# DIÁRIO OFICIAL

PARTE I
**PODER EXECUTIVO**

**DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

ANO XLVII - Nº 170
SEXTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2021

www.ioerj.com.br

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

GOVERNADOR
***Cláudio Bomfim de Castro e Silva***

**ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO**

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
*Nicola Moreira Miccione*

SECRETARIA DE ESTADO DO GABINETE DO GOVERNADOR
*Rodrigo Ratkus Abel*

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
*Rodrigo da Silva Bacellar*

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
*José Luis Cardoso Zamith*

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
*Nelson Rocha*

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
*Vinicius Medeiros Farah*

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
*Max Rodrigues Lemos*

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR
***Cel. PM** Luiz Henrique Marinho Pires*

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL
*Allan Turnowski*

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
*Fernando da Silva Veloso*

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL
***Cel. BM** Leandro Sampaio Monteiro*

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
*Alexandre Otavio Chieppe*

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
*Alexandre Valle Cardoso*

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
*Sérgio Luiz Costa Azevedo Filho*

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
*Rogerio Teixeira Junior*

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
*Thiago Pampolha Gonçalves*

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
*Marcelo Andre Cid Heraclito do Porto Queiroz*

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
*Danielle Christian Ribeiro Barros*

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
*Matheus Quintal de Sousa Ribeiro*

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
*Leandro Alves de Almeida Santos*

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO
*Gustavo Reis Ferreira*

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES
*Uruan Cintra de Andrade*

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO
*Jurandir Lemos Filho*

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO
*Marcelo Cordeiro Bertolucci*

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA
*Patrique Welber Atela de Faria*

SECRETARIA DE ESTADO DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL
*Antonio Ferreira Pedregal Filho*

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA À VÍTIMA
*Tatiana Ribeiro Queiroz de Oliveira*

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM BRASÍLIA
*André Luís Dantas Ferreira*

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA
*Sérgio Zveiter*

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
*Leonardo Vieira Mendes*

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
*Bruno Dubeux*

**GOVERNO DO ESTADO**
**www.rj.gov.br**

## SUMÁRIO

**Atos do Poder Legislativo** ..... 1
**Atos do Poder Executivo** ..... 1
Gabinete do Governador ..... 3
Governadoria do Estado ..... ...
Gabinete do Vice-Governador ..... ...
Vice-Governadoria do Estado ..... ...

**ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado)**

Casa Civil ..... 3
Gabinete do Governador ..... ...
Governo ..... ...
Planejamento e Gestão ..... 7
Fazenda ..... 7
Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais ..... 9
Infraestrutura e Obras ..... 9
Polícia Militar ..... 9
Polícia Civil ..... 11
Administração Penitenciária ..... 11
Defesa Civil ..... 13
Saúde ..... 14
Educação ..... 22
Ciência, Tecnologia e Inovação ..... 23
Transportes ..... 24
Ambiente e Sustentabilidade ..... 25
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento ..... 25
Cultura e Economia Criativa ..... 26
Desenvolvimento Social e Direitos Humanos ..... ...
Esporte, Lazer e Juventude ..... ...
Turismo ..... 26
Cidades ..... 26
Controladoria Geral do Estado ..... ...
Gabinete de Segurança Institucional do Governo ..... 26
Trabalho e Renda ..... ...
Envelhecimento Saudável ..... ...
Assistência à Vítima ..... ...
Extraordinária de Representação do Governo em Brasília ..... ...
Justiça ..... ...
Defesa do Consumidor ..... ...
Procuradoria Geral do Estado ..... 26

**AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO** ..... 26
**REPARTIÇÕES FEDERAIS** ..... ...

# ATOS DO PODER LEGISLATIVO

**LEI Nº 9391 DE 02 DE SETEMBRO DE 2021**

**INTERNALIZA O CONVÊNIO ICMS 224/17 E CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS NAS OPERAÇÕES INTERNAS COM ARROZ E FEIJÃO.**

**O Governador do Estado do Rio de Janeiro**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º -** Fica internalizado o Convênio ICMS 224/17, de 15 de dezembro de 2017.

**Art. 2º -** Fica concedida, com fundamento no disposto no art. 1º, a isenção do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - nas operações internas com arroz e feijão.

**Art. 3º -** A execução da presente lei fica condicionada a apresentação da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, conforme preceitua o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais exigências legais.

**Art. 4º -** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

**Art. 5º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2021

**CLÁUDIO CASTRO**
Governador

Projeto de Lei nº 4406/21
Autoria do Deputado: Rosenverg Reis.

**Id: 2338617**

**OFÍCIO GG/PL Nº 234**
**RIO DE JANEIRO, 02 DE SETEMBRO DE 2021**

**Senhor Presidente,**

Cumprimentando-o, acuso o recebimento 13 de agosto de 2021, do Ofício nº 295-M, de 12 de agosto de 2021, referente ao Projeto de Lei n.º 1053 de 2019 de autoria do Deputado Carlos Macedo que, **"ALTERA A LEI Nº 7.275, DE 17 DE MAIO 2016. QUE TORNA OBRIGATÓRIO A PRESENÇA DE DESFIBRILADOR NOS LOCAIS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

Ao restituir a segunda via do Autógrafo, comunico a Vossa Excelência que **vetei integralmente** o referido projeto, consoante as razões em anexo.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e nímio apreço.

**CLÁUDIO CASTRO**
Governador

Excelentíssimo Senhor
Deputado **André Ceciliano**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

**RAZÕES DE VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1053 /2019 DE AUTORIA DO SENHOR DEPUTADO CARLOS MACEDO, QUE "ALTERA A LEI Nº 7275 DE 17 DE MAIO 2016, QUE TORNA OBRIGATÓRIO A PRESENÇA DE DESFIBRILADOR NOS LOCAIS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Muito embora elogiável a inspiração dessa Egrégia Casa de Leis, fui levado à contingência de vetar integralmente o Projeto de Lei, que **pretende alterar** a Lei nº 7.275 de 17 de maio de 2016, para tornar obrigatória a presença de desfibrilador em centros de treinamento desportivo.

A proposta se insere no âmbito de uma política pública que visa preservar a saúde da população, restando evidente o seu compromisso em conferir efetividade ao que dispõe o artigo 196 da Carta Magna, a saúde como um direito de todos e dever do Estado.

Entretanto, ao dispor sobre tal temática, o legislador invade a competência privativa do Chefe do Poder Executivo para dispor sobre matérias relativas a organização e funcionamento da administração pública, violando o disposto no artigo 84, VI, a, da Constituição Federal e artigo 145, VI, a, da Constituição do Estado.

Sendo assim, a aprovação de regras de conteúdo administrativo em matéria de gestão de patrimônio, contraria o Princípio da Separação dos Poderes, previsto nos artigos 2º c/c 60, §4º, III e 61, §1°, II, da Constituição Federal e no artigo 7°da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

Pelos motivos aqui expostos, não me restou outra opção a não ser a de apor o veto total que encaminho à deliberação dessa nobre Casa Parlamentar.

**CLÁUDIO CASTRO**
Governador

**Id: 2338618**

# ATOS DO PODER EXECUTIVO

**DECRETO Nº 47.749 DE 02 DE SETEMBRO DE 2021**

**ALTERA, SEM AUMENTO DE DESPESA, O DECRETO Nº 46.713 DE 31 DE JULHO DE 2019, QUE INSTITUI O SISTEMA DE GESTÃO DE PESSOAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - GESPERJ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-150001/003945/2021,

**CONSIDERANDO**:

- a necessidade de observar os princípios que orientam a Administração Pública esculpidos no artigo 37 da CRFB;

- que a eficiência e a efetividade do gasto público devem nortear as ações de governo, com vistas ao melhor atendimento do cidadão;

- a necessidade de adequação do Decreto nº 46.713 de 31 de julho de 2019 à configuração organizacional promovida pelos Decretos nº 47.149 de 29 de junho de 2020 e 47.350 de 09 de novembro de 2020;

**DECRETA** :

**Art. 1º** - Os artigos 3º, 4º, 5º, 6º e 12 do Decreto nº 46.713, de 31 de julho de 2019, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º -

§ 1º - O nível Central é composto pela Secretaria de Estado da Casa Civil - SECC, à qual compete, na condição de órgão central do Sistema, planejar, normatizar e supervisionar o GESPERJ.

(...)" (NR)

"Art. 4° - A Subsecretaria de Gestão de Pessoas - SUBGEP é o órgão da Secretaria de Estado da Casa Civil - SECC, responsável pelo gerenciamento estratégico e coordenação geral do GESPERJ, zelando pela sua implantação, manutenção, desenvolvimento e aperfeiçoamento, bem como constituindo canais simplificados, ágeis e diretos de interlocução com os órgãos e entidades integrantes dos níveis setoriais e seccionais do Sistema." (NR)

"Art. 5º - (...)

(...)

XI - dar cumprimento a determinações judiciais oriundas do Tribunal de Justiça, bem como a orientações expedidas pela Procuradoria Geral do Estado." (NR)

"Art. 6º - (...)

(...)

XVIII - receber, controlar e analisar os processos que cuidem de cumprimento de medidas judiciais e comunicações originárias do Poder Judiciário Estadual, atinentes a matéria de pessoal, relativas a servidores ativos e inativos, no âmbito da Administração Direta e Indireta, bem como cumprir as orientações expedidas pela PGE na forma da Lei Complementar nº 15, de 25 de novembro de 1980." (NR)

"Art. 12 - A Secretaria de Estado da Casa Civil - SECC deverá expedir os atos normativos necessários à regulamentação deste Decreto." (NR)

**Art. 2º -** As alterações previstas no presente Decreto ocorrem sem aumento de despesa.

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2021

**CLÁUDIO CASTRO**
Governador

**Id: 2338630**

**DECRETO Nº 47.750 DE 02 DE SETEMBRO DE 2021**

**REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS E REQUISITOS PARA ADESÃO E FRUIÇÃO DO REGIME TRIBUTÁRIO ESPECIAL PARA AS OPERAÇÕES DE SAÍDA INTERNA DE QUEROSENE DE AVIAÇÃO - QAV INSTITUÍDO PELA LEI Nº 9.281/21.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso das atribuições legais e constitucionais conferidas pelo inc. IV, do art. 145 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista o que consta no Processo nº SEI-040058/000099/2021, e

**CONSIDERANDO**:

- as disposições da Lei 8.445, de 03 de julho de 2019, o Decreto nº 47.201, de 07 de agosto de 2020 e Lei nº 9.281, de 25 de maio de 2021, que Institui Regime Tributário Especial para as operações de saída interna de Querosene de Aviação - QAV -, promovidas por distribuidora de combustível com destino ao consumo de empresa de transporte aéreo de cargas ou de pessoas;

Imprensa Oficial · GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO · documento assinado digitalmente
A assinatura não possui validade quando impresso.

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO garante a autenticidade deste documento, quando visualizado diretamente no portal www.io.rj.gov.br.
Assinado digitalmente em Sexta-feira, 03 de Setembro de 2021 às 03:13:28 -0300.